

---

## **Habermas e as eleições dos Estados Unidos da América de 2020: um estudo de jornalismo, discurso e Diplomacia Pública.<sup>1</sup>**

Thiago Diniz do NASCIMENTO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

### **RESUMO**

Este artigo traz reflexões a respeito das compreensões sobre Discurso, Jornalismo e Democracia considerando a teoria de Habermas além de outros autores considerando o momento em que se inaugurou uma nova etapa na política mundial. O Trumpismo enquanto movimento leva às últimas consequências o que se conhece sobre legitimação do Poder. Entendendo a teoria de Becker, observa-se o poder do Estado se manifesta na estabilidade da ordem por ele mantida. Nesse sentido, ao gerar notícias a respeito de uma suposta fraude nas eleições, o chefe do Executivo dos Estados Unidos perde o que se entende por legitimidade ao provocar instabilidade no próprio poder. Do ponto de vista de imagem, as alegações também podem contribuir para uma crise de Diplomacia Pública daquele país dada importância de cobertura do jornalismo internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia; eleições; comunicação pública; jornalismo; Diplomacia Pública.

### **INTRODUÇÃO**

O mundo de 2020 foi sacudido por uma nova perspectiva de comunicação política sem precedentes na história recente. Alçado ao cargo de Presidente da maior economia do mundo, o magnata estadunidense Donald Trump inaugurou uma etapa que parece estranha aos ideais democráticos em uma nação republicana. Pelo menos no que se refere ao olhar das teorias de Discurso, de Jornalismo e de Legitimidade de Poder, o chefe do Executivo flerta com questões que levam a considerar uma ruptura de estabilidade, o que colocaria em risco a própria continuidade do governo.

A teoria Habermasiana traz à tona diversas discussões a respeito da relação entre facticidade e validade na esfera pública considerando temas de Direito e Democracia. Uma das grandes questões analisa a interpretação que assume a legitimação do Direito na política legislativa, o que deixaria em segundo plano os processos políticos. Segundo o autor, o modo de operar político necessita da força legitimadora da gênese democrática

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Doutorando do PPGCOM da UFPE, e-mail: diniz.nascimento@ufpe.br

---

do Direito. Ou seja, só são legítimas as leis e normas que nascem no Direito a partir da gênese democrática.

Essa força legitimadora passa por uma comparação entre modelos normativos de democracia em que alguns podem ser incompatíveis, inclusive com a autonomia da vida privada, uma vez que a concepção centrada no Estado vai em sentido contrário ao da autodeterminação de pessoas privadas (Habermas, 1997). Por outro lado, sob o olhar de Becker (1982) há um outro fator importante para estabelecer uma relação entre Direito e Democracia: assim como o poder em geral se manifesta na superioridade do interesse do mais forte, o poder do Estado se manifesta na estabilidade da ordem por ele mantida.

Entendendo a comunicação e o discurso como ferramentas políticas essenciais para a prática experimental da Democracia, depreende-se sobre a necessidade de investigar como a temperatura das notícias jornalísticas influenciam no comportamento das instituições democráticas e mesmo de pessoas privadas em uma sociedade em absoluta turbulência como foi a norte-americana nas eleições de 2020. Nesse cenário, como tema de análise, foi escolhido o da Diplomacia Pública, estratégia de influência e de *soft-power* dos Estados Unidos para outras nações baseada na noção de exposição de uma imagem de país que defende os conceitos de Democracia e Liberdade..

### **A Democracia de Habermas e Becker**

Ao analisar a questão empírica, Habermas (1997), examina a proposta de Becker que trata sobre a legitimidade do poder. Ou seja, a legitimidade do poder do Estado só acontece de fato quando é reconhecida a sua autoridade por parte dos que são por ele governados. Há ainda um outro tema estabelecido pelo autor relativo à estabilidade da autoridade política como forma de medir a legitimidade do poder por parte do governante. Nesse sentido, “qualquer legitimação é aceita contanto que contribua eficazmente para a estabilização da autoridade política” (BECKER apud HABERMAS, 1997). Isso é dizer que para ter legitimidade, o governante deve agir para manter a estabilidade do poder.

O conceito de democracia também passa pela definição de regras transparentes no tocante a eleições gerais, concorrência entre os partidos e o poder da maioria, o que garante uma mudança pacífica do poder, não sendo sequer aconselhável o protesto da representação perdedora no pleito eleitoral contra os vencedores. Contudo, dentro do agir comunicativo numa ótica social, pressupõe-se que para a democracia acontecer de fato, a

---

esfera pública precisa promover as mesmas condições materiais, de participação e de racionalidade entre os falantes. Da mesma maneira,

O discurso entra como tema central nessa temática como instrumento para evitar o emprego da violência e conservar a passagem do poder por vias democráticas. Nesse cenário, Dahl (1989), apresenta um entendimento de que “a teoria da decisão revela que o processo democrático é consumido por dentro pela escassez de fontes funcionalmente necessárias; e, por fora ele se choca no entender da teoria do sistema, contra a complexidade de sistemas funcionais intransparentes e dificilmente influenciáveis”. Essa questão se torna mais relevante quando,

para a perspectiva liberal, a formação democrática da vontade tem como função a legitimação do poder político. Resultados de eleições autorizam a assunção do poder pelo governo e este tem que justificar perante a esfera pública e o parlamento o uso deste poder. Já na interpretação republicana, a formação democrática da vontade deve constituir a sociedade como uma comunidade política e manter viva, a cada eleição, a recordação desse ato fundador. O governo é item parte da sociedade que governa, não a ponta do poder do Estado separado dos demais (HABERMAS, 1997).

A comunicação também é uma ferramenta de construção de democracia já que o Jornalismo interpreta e reporta os argumentos políticos de governantes e candidatos na tentativa de trazer luz à uma maior análise discursiva das intenções de tais locutores. Todavia, uma realidade do nosso tempo são os veículos de comunicação que se tornaram propriedade do emissor da mensagem. As redes sociais se comportam como armas poderosas de transmissão de discurso já que durante a manifestação de opinião do falante para a audiência é possível prescindir de um intervalo de interpretação - o jornalismo - e, em algumas circunstâncias, não há um interlocutor que provoque o embate democrático.

Por outro lado, essa janela de compreensão, indeclinável no jogo democrático apresenta-se num espaço onde conceitos como verdade, racionalidade, fundamentação e consenso são interpretados segundo critérios distintos. Evidentemente, não há previsão de neutralidade no discurso político, ainda mais considerando os partícipes de um sufrágio. Menos ainda haverá dentro da cobertura jornalística.

Ou seja, em uma experiência democrática, os atores políticos devem agir conforme o previsto dentro das normas vigentes e acordadas tendo em conta o necessário respeito às regras e a legitimação do poder conquistado temporariamente pelo vencedor só se estabelecerá de fato na medida em que ele atue para a conservar a estabilidade do poder por ele exercido.

## **A internet como plataforma de discurso**

Em uma sociedade democrática, é possível estabelecer parâmetros no tocante à importância da comunicação como item necessário ao equilíbrio de forças entre governantes e governados. Mesmo assim, estruturas da esfera pública refletem assimetrias inevitáveis no tocante às informações. As fontes de informação na esfera política são escassas e, a atenção prestada aos temas é secundária. Nesse sentido, entre outras funções, a mídia serve aos - bem como propagandeia em nome de - poderosos interesses sociais que a controlam ou financiam e a primeira reflexão a ser feita é a respeito de quem são os partícipes da notícia em uma sociedade democrática.

Esse sistema, a princípio contrário à própria noção de Democracia - uma vez que representa e dá voz ao governante por meios públicos e privados de modo assimétrico - entra em colapso com o avanço da internet e das redes sociais que surgem como agentes diretos de construção de imagem e de discurso em benefício do emissor dentro do agir comunicativo. Mais evidente ainda são a eficácia de movimentos criados nas redes sociais e que se expandem politicamente à revelia do que estava estabelecido pelos grandes conglomerados de mídia convencionais.

Embora a internet como plataforma para meios de comunicação inicialmente só estivesse a serviço dos grandes portais ou fosse um espaço de ausência para quem não tivesse uma organização de grande porte com capacidade de conscientizar seu público a respeito dos próprios serviços (CHOMSKY e HERMAN, 2003, p. 17), a privatização da plataforma realizada especialmente por empresas como Google, Amazon e Meta trouxe uma relativa possibilidade para que pessoas privadas se tornassem emissores de mensagem para uma audiência privada capaz de gerar conscientização pública e política.

Nesse sentido, surgem como exemplos recentes a Primavera Árabe, a personalidade digital Greta Thunberg e o movimento Black Lives Matter. Todos surgidos em ambientes digitais e que, de maneira posterior, foram noticiados pelos meios de comunicação. Nessa direção, ocorre que as estruturas tradicionais de comunicação começam a entrar em turbulência em consequência de uma nova relação em que a autodeterminação de pessoas privadas se torna capaz de criar grupos de interesse específicos no mundo digital.

---

Essa seria uma nova acepção de *clusters* democráticos que levam em conta a vontade de pessoas privadas para defenderem interesses privados, mas sob códigos de sociedade em grupo. Essa concepção, porém, acontece especificamente para indivíduos e grupos particulares, o que não se torna possível numa esfera pública democrática uma vez que o governante representa os interesses - muitas vezes difusos - de uma maioria. No sentido tradicional, os fluxos comunicacionais da esfera pública política estão expostos à pressão seletiva da inércia social, mas a influência gerada por este caminho só pode transformar-se em poder político quando passar pelas etapas do processo democrático.

### **A Democracia como expediente de Diplomacia Pública.**

As sociedades ocidentais contemporâneas identificam na possibilidade de alternância no poder um dos pilares do que se convencionou chamar de democracia política, marcada pela participação popular em eleições livres para as chefias de governo. Nesse sentido, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos foram os principais promotores da cultura do capitalismo democrático e do livre mercado para outros países (PIO; VIOLA, 2004). Esta qualidade é basilar para o que se define como Diplomacia Pública Americana. Para a Agência de Informação dos Estados Unidos, Diplomacia Pública (DP) cumpre a função de

“promover o interesse e a segurança dos Estados Unidos através da compreensão, informação e influência de públicos estrangeiros, assim como aumentar o diálogo entre instituições norte-americanas e suas equivalentes de outros países” (AMR, 2004, p 4).

A Diplomacia Pública Americana é um instrumento de amplificação da influência dos Estados Unidos sobre o público estrangeiro. O *American Way of Life* e a pretensa política da boa vizinhança com as nações do sul são imagens projetadas para que o público estrangeiro conceba os Estados Unidos como a terra da liberdade e das oportunidades, a despeito da disparidade social existente no país e das políticas intervencionistas sobre a América Latina. Os Estados Unidos têm necessidade estratégica de projetar a imagem de ser o país e a sociedade de referência quanto aos ideais de democracia e liberdade (NYE apud FROELICH, 2003, 2004). Essa construção é permitida tanto pela sua capacidade insuperável de compelir outros às suas vontades, mas também por via não-violenta no exercício de *soft power*.

---

Como superpotência, os Estados Unidos contam com ambos poderes em abundância: um poderio militar incontestável (hard power), e assim detentor uma capacidade inigualável de coação; e também, com uma variedade de instrumentos de persuasão, sem uso da força (soft power), entre eles, a diplomacia pública (incluindo a concessão de bolsas de estudo para estrangeiros, os programas de intercâmbio cultural entre acadêmicos, a mídia financiada pelo Estado, como “A Voz da América”, e a atividade de órgãos do governo, encarregados das relações públicas no exterior). Todas essas ações funcionam como canais para a disseminação, no exterior, do objetivo americano declarado em promover a expansão da democracia representativa liberal. (pág. 207)

Por este ângulo, a questão da democracia é vital para a sociedade estadunidense como influenciadora no comportamento pró-país o que, a princípio estaria de acordo com Dahl (1989) já que as democracias atuais fundadas na concorrência podem ser entendidas como realizadoras de um sistema capaz de implementar na prática a participação não apenas nominal, mas de fato através de práticas seletivas. A Revolução Americana juntamente com a Revolução Francesa impôs-se desta forma como nova concepção do Estado Moderno, o que sugere que a própria formação dos Estados Unidos da América também é um ideal de democracia estruturada na alternância de poder por meio da deliberação popular.

Outro objetivo da Diplomacia está justamente no aumento das comunicações entre países de modo a aumentar as relações de admiração e confiança. Neste cenário, os meios de comunicação, que podem ser oficiais ou privados, desempenham papel fundamental na condução de uma imagem proposta. O jornalismo surge como ferramenta importante no atingimento deste objetivo já que a mensagem a ser divulgada conta com a credibilidade do profissional ou do veículo de comunicação. Por outro lado, em um mundo em que o receptor da mensagem hoje se torna emissor por meio das redes sociais, este controle sobre a imagem de determinada nação perante outra cai drasticamente.

### **Jornalismo Internacional construindo imagens**

O Jornalismo Internacional surge como uma das principais ferramentas de construção de imagem de um país em relação a outro (NATALI, 2004). O autor define ainda que algumas variáveis específicas devem ser observadas:

a) Quantidade de Títulos - Em função da grande quantidade de títulos jornalísticos, o interesse pela notícia internacional se perde absolutamente. O que pode ser mais interessante para o jornal de um país cobrir, pode passar em branco para o periódico de outra nação.

---

b) Distanciamento da Fonte - Diferente das outras editoriais, o jornalista internacional, na maior parte das redações, encontra-se bastante distante da fonte e, em algumas situações, até do fato em si. Desse modo, como estabelecer prioridades e prever possíveis interpretações da notícia?

c) O fim da Guerra Fria – Este é um tema que, segundo o autor, mudou paradigmas na cobertura de assuntos internacionais. De acordo com ele, o mundo era dividido entre duas idéias antagônicas, o que tornaria muito mais fácil para o leitor identificar posicionamentos políticos que, sem dúvida, existem na cobertura jornalística. Em um mundo menos polarizado, como fazer com que a notícia não incorpore interesses de uma superpotência absolutamente hegemônica?

d) O papel da Agência de Notícias – Aqui o autor é ainda mais crítico. Se o jornalismo internacional nasceu com a própria profissão, as agências de notícias nasceram entre os vitoriosos da 2ª. Guerra Mundial em países democráticos (o que seria evidente pela liberdade de imprensa vigente). Ou seja, as Agências de Notícias nasceram em países vitoriosos como instrumento de conservação do status quo. Entre elas estão a AFP (França), Reuters (Reino Unido) e a Associated Press (Estados Unidos da América).

O jogo diplomático nas relações entre Estados assume nova dimensão depois da Era da Informação, especialmente porque a ação da mídia internacional passa a pautar elementos que balizam o comportamento de governantes e das relações internacionais (BONFIM; MULLER, 2016). Os Estados Unidos assumem posição de destaque em relação a outros países e governantes estrangeiros que recebem e tomam aquela organização sociopolítica como referência. Este sentido de influência é presente não apenas no país enquanto Estado-Nação mas também na concepção do seu líder como agente promotor de imagem.

O Noticiário Internacional também assume um novo papel dentro da realidade colaborativa de informação. Novas ferramentas como Youtube, Facebook, Blogs e Wikis fazem com que a opinião pública mundial tenha mais valor ainda. Muitas vezes não sendo necessariamente jornalísticas as opiniões de youtubers ou de grupos de Facebook, elas podem ser levadas em conta a partir de critérios como page views, resposta e credibilidade da mensagem. Ou seja, a esfera pública passa admitir a exposição de pessoas privadas como agentes públicos de pressão. Um novo mundo de influenciadores e blogueiros passam a expressar publicamente opiniões privadas no que se apresenta como um simulacro do jornalismo tradicional em rede.

## O discurso e a importância do emissor

Nesse âmbito, o chefe de Estado e de Governo é, naturalmente, um agente promotor da imagem-país para outras nações por meio de discursos e atitudes que geram cobertura jornalística de modo a induzir comportamentos favoráveis ou desfavoráveis a respeito, neste caso, dos Estados Unidos.

O processo de construção da imagem pública –, sinônimo de reputação – depende de uma “política de imagem”, engendrando três etapas: a) a criação de estímulos para o aparecimento na esfera de visibilidade pública; b) a ação como acontecimento jornalístico; c) o resultado da dinâmica entre a imagem pretendida e a imagem resultante do processo de mediação. Ou seja, não se constitui como mera publicização da organização, mas como abordagem em diversas frentes do processo comunicacional. O investimento na criação é complexo, não funcionando de forma linear (GOMES apud BONFIM e MÜLLER, 2016 pág 69).

Ocorre que durante as eleições estadunidenses de 2020 tal imagem de referência democrática sofreu duros ataques em função de declarações hostis do presidente Donald Trump que, concorrendo à reeleição, suscitou fraude nos Estados da Pensilvânia, Wisconsin, Georgia e Michigan, colocando em xeque o mandato do futuro “líder do mundo livre”. A situação se agrava quando, ameaçando não reconhecer os resultados das eleições, conduziu quantidade expressiva de apoiadores a invadirem o prédio do Capitólio no dia da posse do opositor Joe Biden.

Sob a égide de uma pretensa “Defesa da Liberdade”, o presidente fez diversas convocações ao longo das eleições para que cidadãos comuns interferissem nas eleições. O início das manifestações via redes sociais acontece no momento do recebimento de votos pelos Correios, procedimento comum naquele país. Segundo o proponente ao segundo mandato, mecanismo poderia facilitar práticas desonestas, embora este seja um método utilizado há anos e tenha ajudado a eleger tanto republicanos como democratas ao longo da história.

Seguindo a escalada de notícias falsas, o mandatário declarou vitória antes do término da apuração de votos e solicitou o encerramento da contagem na Pensilvânia, o mesmo acontecendo em outros estados do país. Com uma rede de cerca de 89 milhões de seguidores na rede social Twitter, Trump se utilizou da ferramenta para expor seu discurso diretamente ao público eleitor. Ou seja, de maneira privada fala com agentes



---

privados em uma intenção clara de influenciar na esfera pública de poder. Do ponto de vista de discurso, é preciso particularizar neste caso a estrutura de poder que cerca o emissor. Para Dijk (2008), o controle da mente também sugere o controle indireto da ação que pode ser discursiva de modo a influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detém o poder.

Sendo assim, há que se refletir também sobre o tópico relativo ao poder do emissor. Toda relação dialógica pressupõe uma mínima intencionalidade de equilíbrio de poder entre os falantes. No entanto, segundo Dijk (ibid), governos, parlamentares, agências estatais, a polícia, os militares são naturalmente poderosos já que representam, especialmente governos e agências estatais, o exercício do poder legitimado por eleitores que, a princípio, desejam ser governados.

Mais do que isso, o poder do emissor não é exercido apenas de maneira simbólica. Ele pode ser entendido de fato como o poder de uma posição social dentro de um contexto democrático. Ou seja, um discurso de um governante é naturalmente um discurso de poder, não obstante a legitimidade que sustenta seu governo. Contudo, se o poder se dá pelo interesse dos que o detém e contra os interesses dos controlados, falamos de *abuso de poder*. Quando o poder existe sobre o discurso do outro, também se apresenta uma situação de abuso de poder. Usualmente, políticos se defendem sob argumento de não controlar a compreensão do leitor ou espectador. Mas é importante observar que a maioria de nossas ideologias são formadas discursivamente. Então, os emissores do discurso estão em situação de poder e devem refletir sobre a influência que exercem nas mentes e pensamentos.

Neste caso das eleições dos Estados Unidos apresenta-se claramente uma estrutura de abuso de poder quando, por meios privados, um agente público incita um grupo que não representa a maioria a praticar atos violentos e não aceitar o resultado do pleito, o que traz à tona a discussão de Fraser (1991) a respeito da comunicação na esfera pública quando defende que “a esfera pública geral é ilimitada, no sentido de que seus fluxos comunicacionais não são regulados através de processos, ela se adapta à luta pela interpretação de interesses”.

A socialização medida através do processo comunicacional passa pelo entendimento de que os agentes receptores da mensagem - especialmente as emitidas por detentores do poder - passam a agir ligados a um corpo concreto dentro de um espaço social e envolvidos nas redes do agir comunicativo. Ora, o que se viu após o anúncio do

---

resultado das eleições foi a tentativa de ruptura do processo democrático com a invasão do Capitólio por uma manada estridente, perdedora e naturalmente anti-democrática que de maneira organizada agiu deliberadamente na tentativa de impedir a posse do candidato vencedor.

### **Conclusões**

Diante do exposto, é possível inferir que há uma chance de crise de imagem após o episódio da desconfiança do presidente Donald Trump a respeito do processo eleitoral dos Estados Unidos a partir das teorias de Habermas e de Becker, da teoria do discurso, da comunicação jornalística em âmbito internacional e do determinado pela política de Diplomacia Pública daquele país.

A teoria Habermasiana apresenta que, embora desejáveis, são assimétricas as relações entre comunicação especialmente em se tratando de intervenção na produção, validação, regulação e apresentação da mensagem. A facticidade e a validade, observando o poder do emissor enquanto agente político e as plataformas de redes sociais, são temas relacionados a questões mais complexas do que apenas a conexão puramente dialógica. Mesmo assim, aquele que emite o discurso só pode atingir seus objetivos quando é validado pela legitimação daqueles que ouvem ou recebem o impacto do discurso.

Nessa visão, o discurso Trumpista que estabelece dúvida no processo eleitoral - mesmo sem apresentar provas para tal - sugere uma possibilidade de rompimento de normas legislativas já apaziguadas e praticadas em eleições anteriores. A ruptura com o previsto pela teoria sobre democracia acontece quando a fala do Presidente age deliberadamente para causar instabilidade no poder. Do ponto de vista da racionalidade do agir comunicativo, a alternativa pela razão comunicativa que defende o entendimento mútuo do discurso baseando-se em preceitos lógicos e racionais foi substituída pela razão instrumental que manipula o homem por meio do discurso e da influência para atingir objetivos dos detentores do poder.

Becker ainda assume que “é preciso evitar o risco de uma perpetuação de maiorias tirânicas, pois tanto a maioria como a minoria tem que ser motivadas a ater-se às regras do jogo estabelecidas - a maioria através do medo de perder seu poder e a minoria através da possibilidade de mudança de poder”. O termo “Tirano” nesse contexto ganha ainda mais valor em se tratando de Estados Unidos.

---

Do ponto de vista pragmático do discurso, o que houve nas eleições dos Estados Unidos de 2020 foi o uso de uma ferramenta extremamente poderosa - as redes sociais - de propriedade privada de um líder que goza de poder de fato e de poder social para gerar uma sensação de instabilidade quanto ao processo democrático naquele país. Entendendo a velocidade de amplificação de notícias por meio de manifestação de opinião em redes sociais, o jornalismo age como agente de interpretação do fato.

Destarte, embora o campo das Relações Internacionais, tradicionalmente ligado à Ciência Política, tenha relegado um status menor à importância das comunicações, os meios de comunicação também podem agir de modo independente para contribuir para a melhoria ou deterioração de uma imagem. Ao contexto da Diplomacia Pública se apresenta também o de Diplomacia Midiática em que também se considera o poder da transmissão e estratégia de comunicação estatal. Com a TV via satélite inaugurada nos anos 70, a CNN se tornou, ao mesmo tempo, a primeira emissora mundial de televisão e, nas palavras do Secretário Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, o 16º membro do Conselho de Segurança.

No tocante à Diplomacia Pública, a preocupação maior reside nos seguintes fatos a partir da declaração do presidente:

- a) O processo democrático baseado nas eleições faz parte da gênese da formação do estado Americano como conhecemos;
- b) Ao levar dúvidas ao processo eleitoral, o presidente gera uma crise sem precedentes na imagem do país e na conservação do *status* de nação influenciadora para democracias liberais ao redor do mundo;
- c) O jornalismo internacional gera uma cobertura extensa sobre o fato uma vez que o gerador do discurso sem provas é o próprio presidente da república.
- d) Além do que o exposto pela teoria quanto ao distanciamento da fonte não se confirma uma vez que os Estados Unidos são país sede de uma quantidade importante de veículos de comunicação que gera risco sobre percepção de imagem do país.

## REFERÊNCIAS

AMR, H. **The Need to Communicate: How to Improve U.S. Public Diplomacy with The Islamic World**. 2004. 66f. The Saban Center for Middle East Policy at The Brookings Institution. Washington D.C.

---

BECKER, W. *Die Freiheit, die wir meinen*. Munique, 1982, 61

BOMFIM, Ivan Eliseu; MÜLLER, Karla Maria. **Diplomacia Midiática e Jornalismo Internacional: as notícias globais no âmbito da política externa**. Revista Fsa, Teresina, v. 13, n.5, p. 61-79, 1 ago. 2016. Revista FSA. <http://dx.doi.org/10.12819/2016.13.5.4>.

CHOMSKY, Noam; BARSAMIAN, David. **Propaganda e Consciência Popular**. Bauru: Edusc, 2003. 348 p.

DAHL, R.A. *Democracy and its critics*. New Haven. 1989, 307

FRASER, N. **Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy**. Social Text. Duke University. No. 25/26 (1991), pp. 56-80

FROELICH, I. V. **A Política Externa Americana e seus críticos**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, vol. 48, n. 002, pp 205-215, jul./dez. 2005

HABERMAS, Jügerm. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. v. 1 e 2 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

NATALI, J. B. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004. 127p.

VAN DIJK, Teun A. *et al.* **Discurso e Poder**. Uberlândia: Contexto, 2008. 288 p.

VIOLA, Eduardo; PIO, Carlos. **Doutrinarismo e Realismo na Percepção do Interesse Nacional: Política Macroeconômica, Segurança e Alca na relação Brasil-EUA**. In: OLIVEIRA, Marcos Guedes de (org.). *Brasil e EUA no novo milênio*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004. p. 12-42.